

MAPEANDO O CAMPO DOS PRESÍDIOS NO BRASIL

Astrid Johana Pardo Gonçalves

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: johanitapardog@gmail.com

RESUMO

Este texto constitui uma revisão de pesquisas realizadas no Brasil no campo do sistema prisional que, a partir de um enfoque socioantropológico, fizeram uso da metodologia etnográfica nos últimos dez anos. A maioria destas investigações discutem temas como gangues e violência, mulheres e familiares de presos, práticas religiosas, agentes penitenciários, adolescentes infratores, entre outros.

Palavras chaves: Prisão, estudos etnográficos, sociologia, antropologia

ABSTRACT

This text is a review of researchs carried out in Brasil inside the prison system field which, from a social anthropological focus, ethnographical methodology were used during the last ten years. Most of theses researchs discuss about gangs and violence, women and prisoner's relatives, religious practice, penitentiary agents, young offenders, among others.

Keywords: Prison, ethnographic studies, sociology, anthropology

INTRODUÇÃO

Nas seguintes linhas, faremos uma revisão dos trabalhos etnográficos sobre o mundo prisional, nos últimos dez anos, no Brasil. A busca foi feita pelos diferentes canais de circulação acadêmica ligados à antropologia, como o banco de dados de teses e dissertações brasileiras, as revistas especializadas e os eventos, principalmente ANPOCS e ABA. Como observação inicial, constatamos que o tema do presídio não é um campo de pesquisa privilegiado pela antropologia brasileira, mas sim pela sociologia, razão pela qual incluiremos aportes que fizeram uso de metodologia qualitativa a partir do enfoque sociológico. Com a intenção de delimitar nosso objeto de pesquisa¹, não incluímos as pesquisas sobre análise de políticas públicas penitenciais (Vasconcelos, 2013. Teixeira, 2007. Madeira, 2008. Mata de Carvalho, 2007), tampouco as discussões teóricas (Vianna, 2010), nem aqueles feitos a partir de documentos penitenciários como prontuários e ocorrências (Castro e Silva, 2010. Padovani, 2010) ou cartas escritas por presidiários (Neto, 2009). Essa opção foi motivada não por desconsiderar a importância dos aportes que as pesquisas feitas através de métodos distintos da etnografia fizeram na elaboração

do campo de estudos sobre as prisões, mas sim pela construção do próprio objeto desta pesquisa.

GANGUES E VIOLÊNCIA NO INTERIOR DO PRESÍDIO

O maior número de esforços investigativos, no campo do sistema penitenciário, foi voltado para o tema dos grupos organizados. Começaremos pela dissertação feita por Karina Biondi (2009), que depois foi publicada em forma de livro, em que a autora realiza um estudo do Primeiro Comando da Capital (PCC) no estado de São Paulo. Em sua peculiar posição, porém privilegiada sob o ponto de vista metodológico como visitante de seu marido preso, realiza sua análise a partir do ponto de vista dos nativos. Conforme mencionado numa entrevista (2010), ela se orienta pela concepção de antropologia inspirada em Lévi-Strauss, definida como ciência social do observado, distinguindo-a da sociologia e da ciência política que são ciências do observador. A tarefa antropológica não seria assim extrair das populações os problemas que se estudam, mas sim ver quais são as questões que o grupo mesmo se coloca: “Por isso, o que os nativos falam e fazem ganham estatuto de conhecimento, suas reflexões ganham estatuto de teorias”.

Note-se que uma das principais intenções de Biondi foi desmistificar visões puramente criminalizantes comumente adotadas sobre este grupo. Por este motivo, ela entende o PCC

¹Este texto faz parte da tese de doutorado, que visa fazer uma análise etnográfica na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC - é uma modalidade do sistema prisional brasileiro, que busca a humanização dos presídios sem perder o objetivo punitivo das penas.

como “fluidez constituída”, descartando a visão do grupo a partir de um plano sincrônico. Considera que, observando-o assim, o grupo poderia ser entendido como uma estrutura hierárquica. Contrapondo-se a isso, passa a observar a partir de um plano ora diacrônico, ora como acontecimento, entendendo-o como fluxo, trânsito, circunstância, movimento, situação, pois estas posições de poder não são fixas e mudam constantemente. O resultado é a observação de uma coletividade que se apresenta como negação do estado, porém que não se desfaz dos poderes tipicamente estatais, como ela mesma coloca ao final de sua reflexão.

Outro estudo sobre o PCC foi feito por Camila Nunes Dias (2011), que em sua tese de doutorado analisa o processo de consolidação e expansão do grupo. Porém, como menciona numa resenha sobre o trabalho feito por Karina Biondi, se distancia deste enfoque **não sem antes elogiar enormemente a “genialidade”** do trabalho que tentou quebrar com as abordagens simplificadoras e criminalizantes do PCC. A partir daí, Dias esclarece o lugar desde o qual vai se posicionar. Como Dias afirma, **são dois trabalhos** que definiram vias teórico-metodológicas distintas, fazendo com que se chegasse a lugares diferentes. Em primeiro lugar, porque sua imersão no campo foi dada como pesquisadora, onde teve certo distanciamento com os sujeitos de pesquisas, em comparação com a pesquisa de Biondi. Em segun-

do lugar, Dias teve como objetivo ver a multiplicidade de ângulos não só a partir dos membros do grupo; assim, fez entrevistas com funcionários e diretores dos presídios, e também com presos que tinham sido excluídos do PCC.

A análise de Dias é feita principalmente a partir da perspectiva teórica de Norbert Elias. Observa, entre vários aspectos, que no processo de expansão do PCC houve uma progressiva monopolização das oportunidades de poder político e econômico, gerando um aumento das cadeias de interdependência entre os indivíduos, primeiro no sistema prisional, logo no mundo do crime, trazendo consigo múltiplos mecanismos de controle social, que se materializaram sob a forma de controle individual. Isto levou, entre outras consequências, a uma paulatina diminuição dos homicídios no interior das prisões, sendo o efeito mais expressivo deste processo uma *pacificação social*, que é o resultado de uma ordem social que se baseia no consenso. Este processo **é feito a partir do que é “certo”**, categoria nativa que poderia ser entendida como um tipo de repertório de normas morais, o qual adquire, neste contexto, um sentido absoluto visto que não dá margem a dúvidas, hesitações, muito menos a discordâncias. Os indivíduos que ousam divergir ficam em zonas de exclusão, como os chamados “seguros”, ou em presídios que não estão sob o controle do PCC. Estes aspectos evidenciam a distância pro-

posta por Dias em relação à pesquisa de Biondi, afirmando que o trabalho feito a partir da visão dos nativos negligencia aspectos que também são centrais na organização do grupo, os quais se chocam com o discurso nativo que afirma fazer a promoção da igualdade entre a população carcerária, manter a disciplina e orientar as condutas na prisão.

Vale a pena ressaltar o trabalho apresentado por Sergio Adorno e Camila Dias Nunes, na ANPOCS de 2013, que discute como os problemas a respeito dos direitos dos presos levaram ao surgimento do PCC, coletivo que criou o mecanismo de articulação do mundo interior das prisões **com redes externas de apoio**. Estas novas configurações que fazem uso de tecnologias como telefones celulares e de mercados se situam ao redor das prisões, desafiam as tradições sociológicas que trabalham sobre os presídios vistos através da dicotomia interior/exterior, evidenciando a necessidade de novas abordagens teóricas que deem conta desta realidade emergente.

A revista *Tempo Social* publicou o dossiê intitulado “Sociologia da Punição e das Prisões”, que recupera artigos sob diferentes perspectivas, discutindo sobre o encarceramento e os efeitos na sociedade. No tema de grupos de gangues, decidimos citar aqui o trabalho de Marcos César Alvarez, Fernando Salla e Camila Nunes Dias, que discute sobre como o impedimento de mecanismos legítimos de reivindicação de direitos

para os presos no período de transição democrática favoreceu a existência de grupos de gangues. Outro artigo deste dossiê é a discussão de Luiz Claudio Lourenço e Odilza de Almeida sobre a dinâmica organizacional das gangues prisionais no estado da Bahia, mostrando através de um estudo empírico como estes grupos articulam práticas ilícitas no interior dos centros carcerários e fora deles.

Outro artigo de destaque do dossiê é o texto de autoria de Antonio Carlos Rafael Barbosa, que discorre sobre a circulação de homens, mulheres, coisas e palavras no meio prisional, encontrando um confronto permanente entre os procedimentos aplicados pela administração em busca da manutenção da ordem e as estratégias para resistir à vida no cárcere. O mesmo pesquisador se doutorou com uma pesquisa sobre o impacto do tráfico de drogas na organização do sistema penitenciário no Rio de Janeiro. Também mostra, a partir dos depoimentos apresentados pelos funcionários, os valores e rotinas vivenciados nos presídios. De igual forma analisa o papel das prisões nos arranjos das facções que realizam tráfico de drogas nas periferias da cidade. Em outro trabalho, Barbosa (2008) expõe o que denomina *contrassenso* sobre o tráfico de drogas, com referência ao sistema penitenciário, explicando que as facções como o Comando Vermelho não têm suas origens associadas ao narcotráfico, e sim à luta pela garantia de direitos e a melhoria das condições dos presos.

Com o mesmo propósito de discutir o tema de grupos organizados e os fluxos entre o interior e o exterior dos presídios, Thadeu de Sousa Brandão (2011) realizou sua tese sobre as redes sociais e os diferentes tipos de interação que se tecem no sistema penitenciário do estado do Rio Grande do Norte. Observa a prisão não como instituição isolada, fechada e separada do mundo social, mas sim como um espaço que se encontra ultrapassado por diferentes redes. Sua análise feita na principal penitenciária do estado, Alcaçuz, observa como graças à telefonia celular os detentos conseguem manter laços com seus parentes e amigos, criar e manter outros contatos com voluntários religiosos, com outros ex-detentos, assim como construir trocas comerciais ilícitas e a organização de grupos de gangues, permitindo, entre outras coisas, a reivindicação de melhorias das condições dos sentenciados. O pesquisador argumenta que durante a passagem pelo presídio o apenado amplia as redes sociais de delinquências, assim como seus conhecimentos sobre novas técnicas de crime. Desta maneira, e em vista do seu estigma de “bandido”, no seu retorno à sociedade fica como única possibilidade seu retorno ao crime.

Por último, outro aporte sobre o PCC foi a dissertação de Mario Fonseca (2002), feita no pavilhão 8 da Casa de Detenção de São Paulo, destinado a presos reincidentes, na qual observou que a sociabilidade neste espaço

está mediada por uma batalha entre sentenciados, agentes penitenciários e demais profissionais, na qual os detentos criam estratégias de poder, que são denominadas pelo autor como códigos consensuais, contra as tecnologias disciplinares a eles impostas pelo sistema prisional. Neste pavilhão o PCC tomou o controle, derrotando outras organizações, cooptando todos os integrantes a fazer parte do grupo, usando estratégias de pressão violentas como rebeliões, seqüestros e extorsões.

SOBRE MULHERES E FAMILIARES DE PRESOS

Incluimos nesta parte as pesquisas que têm como foco as mulheres. Por sua vez, estas podem ser subdivididas em dois segmentos: as que tratam as companheiras sentimentais dos homens presos e, no outro grupo, as que analisam os presídios de mulheres. Este último subgrupo mostrou que, embora a maioria da massa carcerária seja composta por homens, o crescimento das mulheres em encarceramento é maior. Desta forma, nos últimos dez anos o número de homens encarcerados dobrou, enquanto o das presas triplicou. (Bitencourt, 2012).

Iniciaremos com três dissertações de mestrado que têm em comum a análise do cotidiano de presídios femininos, assim como o impacto do sistema prisional nas vidas das mulheres sentenciadas. O primeiro trabalho foi a pesquisa de Alva-

ro Bitencourt (2012), que analisou como as experiências de trabalhos são integradas nas trajetórias de mulheres presas e egressas em dois presídios localizados em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O segundo foi a investigação de Natalia Bouças do Lago (2012) que considera que o gênero é o marcador central a partir do qual as mulheres presas negociam posições e projetos que articulam suas vidas, seus relacionamentos e de suas famílias, elaborando também suas próprias formulações sobre o que ocorre dentro dos muros da prisão, elaborações estas que se encontram transbordadas para fora dela. As histórias relatadas pela pesquisadora mostram como o sistema prisional deixou marcas indelévels nas vidas destas mulheres mesmo antes de elas serem presas, pois muitas delas já tinham vínculos anteriores, sendo companheiras sentimentais de presos, familiares e amigos nesta situação. Por outro lado, a pesquisa apresenta as mediações durante o cumprimento da pena que as mulheres protagonistas da narração devem fazer com outras presas, com os funcionários dos presídios, com organizações voluntárias e com o PCC, negociações necessárias para instituir relações e encontrar um lugar nesta dinâmica.

Por último, temos a discussão feita por Mirella Alves de Britto (2007) no Presídio Feminino de Florianópolis, onde analisou como se produzem a organização, as relações e as práticas

coletivas entre as mulheres presas, observando que as relações presa/instituição e prisão/violência não abarcam as relações apresentadas neste presídio. Esta pesquisa também mostrou que valores como amor, família, lealdade, honestidade e maternidade, embora com diversos matizes, são reafirmados constantemente nos discursos destas mulheres, contrapondo-se à visão do senso comum que considera que estes valores não se fazem presentes.

Bruna Andrade (2011) realiza uma dissertação que decidimos incluir, embora não tenha feito análise etnográfica, pois realiza um aporte antropológico. A partir de uma análise documental mostrou como os projetos e os pensamentos criminológicos que influenciaram os projetos de construção dos estabelecimentos carcerários femininos consideraram a criminalidade feminina como um desvio social do papel que se supõe que as mulheres deveriam cumprir. Desta forma, estes estabelecimentos se erigem com o intuito de devolver à sociedade boas mães e esposas, sem vícios ou mazelas que teriam desviado as mulheres do caminho esperado.

Luiz Antonio Chies fez uma apresentação na RBA 2008 sobre a síntese dos resultados da pesquisa denominada *A prisão dentro da Prisão: uma visão do encarceramento feminino na 5.ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul*. Este estabelecimento tem a particularidade de receber homens e mulheres. Não obs-

tante, o pesquisador mostra que, embora se considerasse este espaço como misto, a investigação apontou que *são ambientes predominantemente masculinos, sendo as mulheres invisibilizadas e tendo que se encaixar em espaços onde se reproduzem os parâmetros de dominação masculina.*

Agora, deslocaremos nosso olhar para os trabalhos que fazem referência à visita íntima. Não obstante, observaremos um trabalho que parece servir de ponte entre os dois temas, na medida em que trabalha com mulheres presas, porém que também fazem a visita íntima.

Na mesma linha de observação de estabelecimentos penitenciários mistos, encontramos a apresentação feita por Sabrina Paz, na RBA 2008, intitulada *Para seguir a caravana do Amor*, onde indaga sobre os casamentos feitos entre presos, situação que surgiu como solução para cumprir as exigências formais da instituição, que determinava que a visita íntima só poderia ser realizada por casais legalmente casados. Entre vários aspectos, mostra como é vivenciado o dilema de se casar com alguém que não se conhece, mas ao mesmo tempo desfrutar da possibilidade de ter a visita íntima. Sobre o porquê desta formalidade, os funcionários argumentaram que no período no qual eram liberados os encontros sem esta formalidade, denominada neste contexto *as ligas*, eram comuns as trocas de parceiros, prostituição, casos de gravidez indesejada e aumento das doenças sexualmente transmissíveis.

Na RBA, no ano de 2010, encontramos a comunicação feita por Giane Silvestres sobre a etnografia realizada ao dia de visita no município de Itirapina, onde a pesquisadora é moradora, posição que lhe permitiu perceber a visão da população sobre as companheiras dos presos, observando que elas passam também pelo processo de incriminação, uma espécie de contaminação que as tornaria sujeitos propensos ao crime.

Thais Duarte (2013) publicou um artigo sobre sua pesquisa de doutorado em andamento, em que, sob a perspectiva da antropologia e sociologia das emoções, analisa como nas *sucatas* (produtos trazidos aos presos durante as visitas) são materializados os sentimentos de amor, fidelidade e compaixão. O objetivo de levar a comida vai além de satisfação da fome e evidencia uma série de microrrelações que tecem complexos emocionais, sendo a comida a concretização do afeto. Em sua dissertação de mestrado (2010) a pesquisadora analisou as narrativas de parentes de presidiários sobre o sistema penal, observando que estes exercem uma articulação significativa entre o mundo prisional e o exterior. Observou, entre vários aspectos, que enquanto as mulheres que visitam os presos acabam acompanhando e acatando as normas dos estabelecimentos, as prisioneiras, por sua vez, tornam-se esquecidas por seus companheiros sentimentais, reafirmando-se os recortes de gênero tradi-

cionais, onde só as mulheres exercem as tarefas destinadas ao cuidado.

Samara Feitosa apresentou na RBA, no ano de 2012, resultados de uma pesquisa em andamento sobre as estratégias que desenvolvem as famílias de presos para se manterem como tal. Também indaga sobre a definição de família por parte das instituições penitenciárias que, embora a considerem primordial na reinserção dos sentenciados na sociedade, **não reconhece por meios** formais os arranjos parentais **não pautados** pela consanguinidade, como os laços familiares pautados na subjetividade, na afinidade e na reciprocidade.

Por sua parte, Jacqueline Lima Ferraz (2013) realizou em sua dissertação um estudo sobre as noções de família sob o ponto de vista das companheiras sentimentais de membros presos do PCC, denominadas neste universo como *as cunhadas*, pois os membros do grupo são chamados de irmãos. Como estratégia narrativa do texto usou como fio condutor a viagem para o dia de visita na penitenciária de Cerejeira, discutindo sobre a produção da imagem da *mulher fiel* que envolvia a dedicação ao marido, os sacrifícios, e a disciplina necessária para participar nesta *caminhada*, imagem que contrasta com a de mulheres *talaricas, recalçadas*, mulheres que “gostam de cadeia”, “de ladrão”, “do crime”.

De forma similar, Fernanda Bassani (2010) publicou um artigo sobre a visita íntima onde, entre variados aspectos,

discute sobre o alto valor que adquire a mulher neste contexto, visto que em muitas oportunidades o único que resta para os apenados, o fato de ter uma companheira, é interpretado como ato de resistência e de preservação da esfera privada frente à esfera das forças opressoras e desagregadoras dos poderes estatais que se impõem através do sistema carcerário. Explica que determinou a respeito do vínculo estabelecido a existência de dois subgrupos: de um lado se encontram as mulheres que já possuíam relacionamento antes do encarceramento, as que continuam com o vínculo por valores como “comprometimento”, “fidelidade”, “reconhecimento” aos serviços de provedor e protetor; do outro se encontram as mulheres que iniciaram o relacionamento dentro da prisão, fato que segundo a autora pode ser explicado pelo reconhecimento social possibilitado pela criminalidade e o poder que alguns homens possuem na hierarquia do crime e que, eventualmente, são estendidos a suas companheiras.

Gilsa Rodrigues apresentou uma comunicação na RBA de 2006 que faz a conexão entre os temas das mulheres e das práticas religiosas, onde discutiu os processos de negociação entre agentes do Estado e evangelizadores religiosos na Penitenciária Feminina do Rio Grande do Sul, mostrando os usos que as mulheres aprisionadas fazem da religião. Independentemente da veracidade ou falsidade de sua adesão, ressalta os sentidos que

conseguem dar às suas experiências a partir de uma matriz religiosa, num contexto de aprisionamento no qual são despojadas da maior parte de seu repertório para se pensar no mundo. Esta mesma pesquisadora apresentou um trabalho na RBA (2008) que consiste numa reflexão sobre as práticas educativas implementadas na Penitenciária Feminina do Rio Grande do sul, onde analisa as práticas socioculturais que se deparam durante sua permanência, tais como apropriações e negociações de linguagens, discursos e saberes, bem como os conflitos que surgem na aplicação de propostas que são trazidas pelo Estado. Dessa maneira, relativiza as possibilidades e as noções que visam fazer uma *reabilitação* e uma *reintegração* pelas vias da educação.

PRÁTICAS RELIGIOSAS

Outro grande tema no qual se tem investido nas pesquisas sobre a prisão é o tema das práticas religiosas, na sua maioria sobre o tema de evangelização protestante, onde podemos observar pesquisas que observaram os aspectos positivos da conversão. Assim, temos duas dissertações: a primeira, feita por Fábio Firmino de Araújo (2008), que analisou estratégias políticas e simbólicas de conversão usadas pelas igrejas protestantes, com o objetivo de mostrar o impacto do que o autor denominou regeneração, reinclusão e recuperação dos presidiários. A pesquisa foi realizada na cidade de João Pessoa, na Paraíba.

A segunda, escrita por Luana de Oliveira (2012), sobre o significado sociológico de conversão religiosa no sistema penitenciário no Rio Grande do Norte, observa, entre muitos aspectos, como o fato de se declarar como crente acaba melhorando a permanência durante o cumprimento da pena, possibilitando, por exemplo, alojar-se no setor médico e obter trabalho, às vezes remunerado e que permite fazer remição da pena. Também gera confiança **entre seus outros colegas**, desviando a vigilância por parte dos funcionários penitenciários, inclusive incorrendo em faltas disciplinares sem levantar suspeitas. Isso muitas vezes gera desconfiança a respeito da verdadeira conversão.

Por sua parte, Jaime Luis Kronbauer (2010) analisou na sua pesquisa de mestrado o cotidiano de adeptos de religiões pentecostais no Presídio Central de Porto Alegre e na Penitenciária Estadual do Jacuí, discutindo sobre suas atividades de proselitismo, seus vínculos afetivos e sua relação com os outros presos não evangélicos. Também indagou sobre a construção e a manutenção da identidade, assim como sobre as estratégias usadas para lidar com o estigma de presos e ao mesmo tempo com os problemas de consciência pelos atos pelos quais foram sentenciados e as razões de sua conversão. Constatou-se que durante sua permanência nas prisões os presos evangélicos radicalizam sua identidade e os costumes ascéticos pentecostais, o

que se evidencia no seu jeito de vestir e falar, assim como nas suas práticas, pois empregam o dia na prática de orações, cultos, pregações e leituras bíblicas.

Alessandro Bicca (2005), na sua pesquisa de mestrado feita na Penitenciária Estadual do Jacuí no Rio Grande do Sul, privilegiou os significados dados aos atos de violência por parte dos adeptos a religiões protestantes. Argumentou que a religião, neste contexto, serve como sistema simbólico que possibilita reescrever seu passado, assim como ter uma comunidade de apoio e suporte emocional. A violência física que é vivenciada pelos presos não crenes como estratégia ou **método mais usual de resolução de conflitos**, para os evangélicos é usada como **último recurso** e interpretada como desobediência e castigo, em decorrência da “desobediência a Deus”.

AGENTES E FUNCIONÁRIOS PENITENCIÁRIOS

Nesta parte nos centraremos em pesquisas que têm como foco os funcionários do presídio. As pesquisas aqui apresentadas mostraram outra via pela qual se podem observar as práticas que transbordam os muros dos cárceres: a partir das experiências dos agentes penitenciários e outros trabalhadores que parecem fazer o trânsito entre o interior e o exterior dos presídios.

Anderson Moraes Castro e Silva realizou sua dissertação sobre as concepções do uso de violência que possuem

os agentes penitenciários, estudo que depois publicou como livro intitulado *Nos braços da lei: O uso da violência negociada no interior das prisões* (2008). **Através de sua condição de ex-agente**, o autor realiza uma etnografia do cotidiano desta profissão. Através do conceito de violência negociada, pensa as negociações que criavam condições para a substituição da punição formal pela solução informal, por exemplo, os agentes resolvem as infrações cometidas pelos presos, dependendo da consideração que se tenha dele. Se ele é visto como preso que não dá trabalho, impõe-se um castigo físico, que embora não esteja consignado na lei, não vai ter impacto no andamento de seu processo penal. No caso de se considerar que um preso **não tem um histórico de comportamento bom, agem de acordo com a lei, realizando observações no prontuário, o que dificultará a possibilidade de adquirir benefícios e diminuição no tempo da pena.**²

Luis Claudio Lourenço (2010) publicou um artigo sobre o impacto do encarceramento para os agentes penitenciários na região metropolitana de Belo Horizonte, no qual mostrou que os

²Castro e Silva (2010), no seu doutorado, continua aprofundando sua análise sobre o tema dos agentes penitenciários a partir das comunicações de ocorrências registradas pelos servidores prisionais no Livro de Comunicação de Ocorrências e no Livro de Partes Disciplinares. Não fazemos alusão a esta investigação no corpo do texto em virtude do recorte metodológico proposto no início do levantamento. No entanto, não queremos desconsiderar a importância do aporte que esta pesquisa fez no campo da sociologia prisional.

agentes passam por processos similares aos presos, sofrendo também as chamadas dores do aprisionamento, tais como privações de liberdade, autonomia, bens e serviços, medo da violência, sensação de insegurança, **restrições de lazer e**, sobretudo, preconceito, que se deriva do estigma pelo trabalho carcerário. Apresentando características socioeconômicas similares às dos presos, moram em lugares considerados inseguros, são não brancos e pobres. Uma vez mais, observamos como as práticas vivenciadas dentro dos presídios **não se** restringem a seus muros. Nas experiências dos agentes observamos que são interiorizadas as mesmas práticas em seus estilos de vida.

Em contraste ao estudo de Lourenço, Raphael Tadeu Sabaini observou um contexto onde a profissão de agente penitenciário constitui uma posição destacada. Realizou sua dissertação sobre o cotidiano dos agentes penitenciários no município de Itirapina, onde existem duas penitenciárias, observando através de entrevista a ditos agentes, assim como a moradores da cidade, que as práticas dos presídios parecem transpassar os muros da prisão e envolver o cotidiano de todos os moradores do município, em parte pelo trânsito diário dos agentes, que acabam incorporando o vocabulário e as formas de agir. De igual forma se demonstra que neste contexto, diferentemente do que acontece em grandes cidades, ocupar esta profissão constitui uma posição de privilégios, como crédito por parte do comércio.

A partir da história de vida de mulheres agentes penitenciárias Adriana Rezende Faria Taets (2012) realiza sua pesquisa de mestrado analisando o impacto do sistema penitenciário em suas vidas, observando como estas mulheres interpretam suas trajetórias e as formas como se relacionam com o seu lugar de trabalho, de forma que a instituição prisional estrutura suas experiências, embora sejam ao mesmo tempo modificadas e reafirmadas a partir da apropriação das regras lá apresentadas.

Ressaltamos o trabalho feito por Rafael Godói (2012) como dissertação. Realiza um estudo comparativo entre o sistema penitenciário de Catalunha e São Paulo, a partir dos relatos de vida de pessoas ligadas ao presídio, porém que não foram sentenciadas (enfermeiras, agentes penitenciários, parentes de presos). Discute como as diferentes transformações que os dois sistemas penitenciários têm sofrido nas últimas **décadas**, tem repercutido nas vidas destas pessoas, mostrando os significados adquiridos nos territórios, agentes e grupos sociais. O pesquisador fez um interessante jogo narrativo, onde consegue levar o leitor por um trânsito permanente entre o olhar micro e macro. Por momentos fixava nos fatos particulares da vida de pessoas, ao mesmo tempo em que devolvia seu olhar para um emaranhado maior de transformações macro do sistema prisional, observando o que denominou de vasos co-

municantes que conectam os presídios com os territórios exteriores, onde as experiências de não sentenciados fazem a mediação entre estes dois mundos.

ADOLESCENTES INFRATORES

As seguintes pesquisas foram feitas em unidades disciplinares destinadas a jovens que cometeram crimes. Estes estudos mostraram que estes centros parecem reproduzir as lógicas e práticas dos estabelecimentos carcerários destinados a adultos.

Encontramos a dissertação de Valmir Teburcio Cavalcante (2006) que analisa o cotidiano de uma instituição disciplinar para jovens infratores em Pernambuco, na qual observou as relações de poder fabricadas a partir da invenção de estratégias e táticas exercidas ora pelos funcionários do presídio, ora pelos adolescentes. Também constatou-se a discrepância entre os discursos pedagógicos que se supõe nortear as ações dos instrutores e a forma como estes interagem na prática com os jovens.

Por sua vez, Natasha Neri (2008) centrou-se nas interações entre os jovens na pesquisa de mestrado feita em duas unidades disciplinares no Rio de Janeiro. Discutiu sobre os mecanismos de punição e controle que os jovens internados exercem entre eles mesmos, tentando entender as regras de conduta criadas pelos adolescentes e a forma como são aplicadas as medidas de castigos entre aqueles que transgridem as normas.

Em sua condição de professor, Mauricio Basic Olic analisou em São Paulo duas unidades de internação. Estudou as dinâmicas existentes entre adolescentes e funcionários do local, desvendando as relações micropolíticas existentes que se encontram perpassadas por relações hierárquicas, onde a violência como forma cultural estrutura as relações no interior deste espaço.

CATEGORIAS TRABALHO VERSUS CRIME

Encontramos dois trabalhos que têm em comum a discussão sobre duas categorias, trabalhador e bandido, que se mostram como categorias antagônicas e, inclusive, colocam o trabalho como o remédio para o crime. O primeiro é o trabalho dissertativo de Robson Carvalho (2009) que fez uma análise etnográfica na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS), que indagou sobre os significados dados ao tempo e sua relação com o trabalho prisional. Um aporte feito por essa pesquisa que gostaríamos de ressaltar foi a visão de como o trabalho serve como categoria divisória entre duas esferas morais, “os mundos do crime” e o “mundo do trabalho”. Entre os significados atribuídos ao trabalho, neste contexto prisional, além dos de remição da pena e da mobilidade espacial, havia “passar o tempo”, visto que a temporalidade se vivencia nas prisões como “tempo perdido”, “tempo morto”, “matar o tempo”. O trabalho parece preencher de outros sentidos

as maneiras de vivenciar a temporalidade criando expectativas, sociabilidades, vontades, desejos e formas de organização.

Na mesma linha, Nelydélia Kelene França de Sousa (2008) pesquisou a construção de identidade na Penitenciária Industrial Regional de Sobral, no estado do Ceará, estabelecendo a existência de duas principais categorias, trabalhador e bandido, que são atribuídas pelos funcionários dos centros penitenciários como médicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados e seguranças, etiquetas colocadas durante o ritual de ingresso, determinadas a partir do envolvimento dos detentos nas atividades laborais. Embora estas categorias não sejam fixas nem definitivas, determinam as relações dos presos entre si e para com os funcionários.

APÓS O CÁRCERE

Continuamos com duas pesquisas que trataram o tema das experiências após sair das prisões. A primeira, dissertação de Felipe Athayde Lins de Melo (2012), discute sobre as categorias binárias antagônicas “reintegração” e “reincidência”, classificações que considera ineficazes para compreender a multiplicidade de relações sociais presentes na prisão. A partir de um estudo de caso, o pesquisador analisa as dinâmicas que marcam as trajetórias de egressos do sistema prisional paulista.

O segundo trabalho foi a tese de Milton Júlio de Carvalho Filho (2006), que discutiu sobre os sentidos que se

oferecem ao processo de desencarceramento. Descreve como os sujeitos quando saem da prisão se encontram desintegrados de seu modo de ser anterior à prisão, sendo totalmente modelados pelas técnicas de disciplinamento e pelas normas do presídio. Inclusive, a pesquisa mostrou que os ex-prisioneiros observam o mundo após o cumprimento da pena através das lógicas que regulam o sistema prisional, de tal forma que os indivíduos continuam presos aos códigos de ética das instituições penitenciárias.

INJUSTIÇA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Existem dois trabalhos que, embora elaborem objetos de pesquisa diferentes, possuem em comum a reflexão sobre violação de direitos no sistema penitenciário, o que parece reafirmar formas hierárquicas imperantes na sociedade brasileira. Neste sentido, podemos observar a comunicação apresentada na ANPOCS em 2013, na qual Stephen G. Baines mostrou resultados de sua pesquisa sobre criminalização de indígenas no sistema penitenciário de Roraima, projeto desenvolvido desde 2008. Examina a situação na qual se encontram os indígenas do estado nos centros penitenciários, o que parece estar transpassado por uma história de violência policial, encontrando uma situação ambivalente, visto que existe uma le-

gislação indigenista que reconhece os direitos diferenciados, porém, na prática, os funcionários agem sob o princípio de que todas as pessoas devem ser tratadas de forma igualitária, sem ter em consideração os direitos constitucionais das populações indígenas.

Deste modo, um dos aspectos que faz parte desta discriminação evidenciada pelo pesquisador é a invisibilização nas estatísticas dos centros carcerários. Além da falta de documentação carcerária e da descaracterização étnica exercida pelos funcionários judiciais e penitenciários, alguns dos indígenas optam pela identificação como caboclos, que neste contexto constituem categorias pejorativas, ou, simplesmente, decidem não se declarar como pertencentes a um grupo étnico. Isso parece se reforçar com as classificações usadas nos censos nacionais como de “cor parda”, “caboco”, “caboclo”, “índio civilizado”, que são usadas para desqualificar o tratamento diferenciado que está garantido na Constituição Federal, categorias que se encontram em oposição à categoria “índio puro”. Estas classificações impossibilitam o cumprimento de penas alternativas em seus próprios territórios, assim como de zonas específicas dentro dos presídios onde, como afirmam eles próprios, sofrem uma dupla discriminação, ser preso e ser indígena.

Através de um estudo de caso, Maria Cristina Giacomazzi apresenta

uma reflexão sobre medo e violência urbana, relatando a história de José, morador de Vila Jardim, bairro da Zona Norte de Porto Alegre, enviado duas vezes ao presídio, a segunda vez por fazer uma denúncia de maus tratos durante sua primeira permanência no presídio. Depois de sair da prisão os mesmos policiais que o espancaram no presídio, pegaram-no e o ameaçaram na frente de sua família, fazendo com que assinasse um documento no qual confessava ter participado de um assalto, sendo preso na hora e culpado de um crime do qual não participou. A pesquisadora usa o conceito *harmatia*, termo grego que faz referência a erro, à forma maligna externa ao sujeito, para interpretar o acontecido com José, sendo sua *harmatia* fazer a denúncia dos policiais por violação de direitos humanos, ou, sendo transgredir a ordem hierárquica instituída. Em suas palavras

José ousou transgredir a ordem instituída, a ordem das relações hierárquicas, denunciando o poder público representado pela figura dos policiais. Pode-se interpretar que a atitude de José foi de minimizar as consequências da denúncia realizada, de tratá-la sob o prisma de uma “banalização do mal” que poderia causar a si

próprio. Esta banalização relaciona-se a uma determinada consciência da realidade. Eichman, ao enviar os judeus pelo trem, não apenas minimizou a dimensão de suas atitudes, como capturou a morte por condenação pública de si mesmo.

José não foi um instrumento do Estado, ajudando a tirar a vida de outros seres humanos, como Eichman o foi. Mas, foi instrumento do Estado para reforçar a ordem existente, que é aquela da exclusão do pobre, jovem afrodescendente, morador de área não urbanizada, com família numerosa e de emprego instável.

Embora não fale exatamente de injustiça, a seguinte pesquisa observa duas tendências que parecem ser antagonicas, mas que convivem no cotidiano, sobre o olhar que se tem dos sentenciados, por parte dos funcionários e demais atores. Breno Segundo (2011), na sua pesquisa de doutoramento, discute sobre a influência do capitalismo na elaboração de novos sentidos no aprisionamento. A partir de um estudo de caso no presídio do Serrotão, em Campina Grande, no estado de Paraíba, observou-se que convivem em disputa duas formas de sentidos que são impostas principal-

mente pelos diferentes atores do presídio (funcionários, operadores de direito, voluntários), que por uma parte reforçam o sentido de exclusão social e por outra se percebe uma tendência humanitária que visa tornar os sentenciados sujeitos de direitos sociais.

EXPRESSÕES SIMBÓLICAS

Por último, encontramos o trabalho de Karine Belmont Chaves (2013), dissertação que investiga os sentidos dados às tatuagens na penitenciária estadual de Foz de Iguaçu, no qual a pesquisadora observa como as tatuagens são formas de comunicações simbólicas. Considera que têm como sentido a expressão do pertencimento, a identificação com atividades criminosas, a homenagem aos vínculos afetivos e ainda o estigma, incorporando valores morais e sociais, servindo inclusive, como código de reconhecimento por parte dos profissionais da segurança pública.

PESQUISAS SOBRE APAC

A modalidade penitenciária APAC tem sido objeto de dissertações e teses, realizadas no Brasil, a partir de diferente ângulos que vão desde o direito (Muhle, 2013; Vieira, 2006), até a engenharia de produção (Carvalho, 2002), passando por pesquisas na área de teologia (Braga, 2005; Lira Junior, 2009), letras (AUTOR? 2012), Arquitetura (Vaz, 2005) administração pública, (Sousa, 2003),

economia doméstica (Coutinho, 2009) e finalmente educação (Fuzatto, 2008; Miguel, Barbosa, 2013).

Em geral todas estas investigações têm uma visão positiva do APAC, incluso recomendando sua ampliação em todo o sistema penitenciário do país. Contudo, o livro publicado por Maria Soares de Camargo, em 1984, doze anos depois de sua criação, ‘intitulado “Terapia Penal e Sociedade”, além de descrever minuciosamente sua metodologia, realiza uma crítica a este sistema, afirmando, sob a perspectiva de Goffman, que a APAC mantém os traços típicos das instituições totais, reproduzindo uma estrutura autoritária e desigual, não deixando de violar a dignidade humana. Em suas palavras

Observa-se que a APAC aproveita os mecanismos institucionais totalitários, para impor igualmente uma mudança cultural, imposição esta que se lhes aparece como legítima, por ser feita em nome do cristianismo, considerado pelos apaqueanos como a única e integral solução para os problemas humanos (p. 85)

Afirmando que embora a demolição imediata do sistema prisional seja inviável, estes abrandamentos e diversificações do sistema punitivo devem contribuir para uma paulatina extinção da

pena de prisão, como já aconteceu com outros procedimentos punitivos.

CONCLUSÕES

Para resumir, gostaria de ressaltar os aspectos que foram comuns a todas as pesquisas. Embora desde múltiplos ângulos e algumas vezes sendo mais central, outras vezes surgindo como um dado secundário, em geral todos os trabalhos apontaram quatro características comuns no sistema prisional brasileiro. Em primeiro lugar, desde o ponto de vista teórico, nenhum dos trabalhos deixou de fazer referencia aos trabalhos de Goffman e de Foucault.

Por outra parte, todas abordam o aumento gradativo do sistema carcerário no país e a persistência de péssimas condições no aprisionamento. Em especial, as pesquisas que retomaram o tema das facções organizadas, (Brandão, 2011. Dias 2012) apontaram estes aspectos como a principal motivação para criação dos grupos organizados. Além disso, as pesquisas mostram também que a população carcerária é composta em sua maioria por pessoas que se encontram numa condição minoritária (moradores de zonas periféricas das cidades, de escassos recursos econômicos e não brancos).

Outro aspecto que mostraram as pesquisas é que, seja pela via dos agentes penitenciários, seja pela dos grupos organizados, ou ainda pelas companheiras e parentes dos presos, existem

fluxos contínuos entre o exterior e interior dos presídios, que não podem ser observados como um espaço fechado independente do mundo social.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sergio.;DIAS, Camila. 2013. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37,2013, Águas de Lindóia .Anais... Águas de Lindóia – SP: Hotel Monte Real. Disponível: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=435&Itemid=77> Acesso em: 29 junho.

AGRELLO, Thiago.2008 Encarcerao: respeitando a identidade pessoal e as diferenças. 2008. 102. F. Dissertação. Mestrado em Ciências Criminais. Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALVAREZ, Marcos; SALLA, Fernando;DIAS, Camila. 2013. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 25, n. 1 p.p. 61-82 , Jun. 2013.

ANDRADE, Bruna.2011 .Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus, o surgimento dos presídios femininos no Brasil, 2011, 316f. Dissertação, (Mestrado em Antropologia social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, Fabio.2008.Mercado de almas aflitas: crime, castigo e conversão religiosa. Dissertação (mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Paraíba, Centro de ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2008.

BAINES, Stephen. 2013 A Criminalização de Indígenas no Sistema Penitenciário de Roraima, Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37,2013, Águas de Lindóia. Anais... Águas de Lindóia – SP: Hotel Monte Real. Disponível: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=435&Itemid=77> Acesso em: 29 junho.

BARBOSA, Antonio2008.. O baile e a prisão: exame de dois espaços de sociabilidade que respondem pela dinâmica segmentar do tráfico de drogas no rio de janeiro, In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA,26, 2008,Porto Seguro, Anais...Porto Seguro:Centro de Convenções de Porto Seguro. Disponível: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/2013-04-20-13-57-45/2013-04-20-13-57-11>> Acesso 29 de jun. 2014.

BARBOSA, Antonio. 2013“Grade de ferro? Corrente de ouro!” Circulação e relações no meio prisional. pp. 107-129 *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 25, n. 1.

BARBOSA, Antonio.2005.Prender e dar fuga: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro.2005, 546f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional,

universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BARBOSA, Thais. Alfabetização de jovens e adultos em um Centro de Ressocialização do estado de São Paulo: um estudo analítico In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27, 2010, Belém. Anais... Belém. 2010. Disponível: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/2013-04-20-13-57-45/2013-04-20-13-57-11?id=211>> Acesso 29 de jun. 2014.

BASSANI, Fernanda. Amor bandido: Cartografia da mulher no universo prisional masculino DILEMAS: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, Vol. 4, n. 2, p. 261-280 ABR/MAI/JUN 2011.

BICCA, Alessandro. 2005. Os eleitos do cárcere : etnografia sobre violência e religião no sistema prisional gaúcho. 2005. 197 f. Dissertação (mestrado em antropologia social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul. 2005.

BIONDE, Karina. 2009. Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BITENCOURT, Alvaro. Mulheres & sistema prisional: o sentido do Trabalho para que viveu e vive sob égide do cárcere. 2012, 120 f. Dissertação, (mestrado em ciências sociais)-faculdade de filosofia e ciências Humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

BRAGA, Flavia. 2005. Nem culpa, nem condenação: a saída pode ser Jesus. a atuação das igrejas pentecostais na agência prisional de Goiânia. 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em ciências da religião)-Departamento de Filosofia e Teologia-Universidade Católica de Goiás. 2005.

BRANDAO, Thadeu. 2011. Atrás das grades: redes sociais, habitus e interação social no sistema carcerário do RN. 2011. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Centro de Ciências humanas, letras e Artes Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BRITTO, Mirella 2007 O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAMARGO, Maria. 1984 Terapia Penal e Sociedade, Campina: Papirus.

CARVALHO, Ana. 2002 A educação a distância como auxílio na reintegração do indivíduo preso. 2002. 167 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO, Robson. 2007. Terceirização de presídios no Ceará. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007. Caxambu. Anais... Caxambu: Hotel Glória. Disponível: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_

content&view=article&id=435&Itemid=77> Acesso 29 jun. 14.

CARVALHO, Robson. 2009. O tempo como pena e o trabalho como “prêmio”: o cotidiano de presos na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS).190f. Dissertação (mestrado em sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CAVALCANTE, Teburcio.2006. Controle social e resistência: a fabricação do cotidiano de uma instituição disciplinar para adolescentes infratores, 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CHAVES, Karine Tatuagem na prisão: estigma e identidade. 2013 Dissertação (mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras)-Centro de Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Parana, Foz de Iguaçu, 2013.

CHIES, Luiz. 2008 prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento, In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA,26, 2008,Porto Seguro, Anais...Porto Seguro:Centro de Convenções de Porto Seguro. Disponível: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/2013-04-20-13-57-45/2013-04-20-13-57-11>>.

COUTINHO, Adriana. 2009. 2009.119 f. Família, trabalho e religião: fatores de reintegração do detento? um estudo comparativo e descritivo entre o sistema prisional comum e a asso-

ciação de proteção e assistência aos condenados. Dissertação (Magister Scientiae. Economia domestica)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

DIAS, Camila. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário. 2011.Tese (Doutorado em sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DUARTE, Thais2009 Além das grades: análise dos relatos sobre o sistema penitenciário segundo os familiares de presos, In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS,33,2009. Caxambu.Anais... Caxambu: Hotel Gloria.2009. Disponível: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=435&Itemid=77> Acesso:29 jun.2014.

DUARTE, Thais2010 Além das grades: análise dos relatos sobre o sistema penitenciário segundo os familiares de presos,2010, 128f. Dissertação (mestrado em sociologia e antropologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DUARTE Thais2013 amor, fidelidade e compaixão: “sucata” para os presos, *revista Sociologia&antropologia*, rio de janeiro, v.3, n.06, p. 621 – 641, nov, 2013.

FEITOSA, Samara preso lá tem família? . In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28,2012, São

Paulo. Anais... São Paulo: PUC-SP. Disponível: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/index.html> .Acesso em: 29 junho.

FERRAZ, Jacqueline.2013. Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

FILHO, Milton Do carcere à rua: um estudo sobre homens que saem da prisão. 2006, 258f. Tese (Doutorando em Ciências Sociais) – PUCSP, São. 2006.

FONSECA, Mario. 2002.Cartografia das Resistências: Uma Análise Antropológica do Pavilhão Oito da Casa de Detenção de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FUZATTO, Antonio2008.Socialização no sistema prisional convencional e alternativo em minas gerais:estudo com encarcerados.2008. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade)-Departamento de Pós-graduação, Graduação da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, 2008.

GODÓI, Rafael. 2010 Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo.. 202 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GODÓI, Rafael. 2011 Violência, criminalidade e punição no Brasil; Car-

tografias do dispositivo carcerário contemporâneo: uma exploração do mundo social que se estrutura através da prisão em São Paulo e na Catalunha. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011. Caxambu.Anais...Caxambu: Hotel Gloria.2011. Disponível: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=435&Itemid=77> Acesso 29 jun. 14.

GIACOMAZZI, Maria. 2000. *Medo e violência no contexto urbano: o caso de José*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 177-194, jun.

Lira Júnior, Matar o criminoso e salvar o homem”. O papel da religião na recuperação do penitenciário: um estudo de caso da APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Itaúna - MG. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em ciências religiosas) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

LAGO, Natalia. 2012 Quando elas aparecem: mulheres, gênero e posições no tráfico de drogas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28,2012, São Paulo. Anais... São Paulo: PUC-SP. Disponível: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/index.html> .Acesso em: 29 junho.

LAGO, Natalia.2014. Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal. 98f. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LOURENÇO, Luiz2011 ALMEI-

DA, O.L. “Quem quer manter a ordem, quem quer criar desordem” - dinâmicas das gangues prisionais no estado da Bahia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011. Caxambu. Anais... Caxambu: Hotel Gloria.2011. Disponível: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=435&Itemid=77>.

LOURENÇO, Luiz. 2010Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* . Rio de Janeiro. v. 3, n.10, p. 11-31OUT/NOV/DEZ 2010 -

LOURENÇO, Luiz.; ALMEIDA, Odilza.2013“Quem mantém a ordem, quem cria desordem” Gangues prisionais na Bahia. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 25, n. 1, p. 37-59, jun.

MADEIRA, L. M. Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil. 2008. 358 f. Tese (doutorado em sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2008.

MELO, Felipe. As prisões de São Paulo: dinâmicas, fluxos e as implicações na vida dos egressos prisionais. 2012, Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MUHLE, Elizana. 2013. A prisão terrena no paraíso celestial. APAC, uma alternativa humana ao cumprimento da

pena privativa de liberdade. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais)-Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NERI, Natasha “Quando jovens punem jovens: um olhar sobre a internação de adolescentes em conflito com a lei no Rio de Janeiro”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS,32,2008. Caxambu. Anais... Caxambu: Hotel Gloria.2008. <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=435&Itemid=77>.

NETO, Rosana.2009. Correspondências do Cárcere: um estudo sobre a linguagem de prisioneiros.2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte,2009.

OLIC, Maurice. 2009 casa está na mão de quem? Hierarquia e relações de poder no interior de Unidades de Internação destinadas a jovens infratores. cadernos de campo, São Paulo, n. 18, p. 1-352, 2009.

OLIVEIRA, Luana2012. Os filhos evangélicos do novo caldeirão do diabo: a conversão religiosa na penitenciária de alcaçuz. Dissertação, (mestrado em ciências sociais)-Centro De Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

OLIVEIRA, Luana. 2012. A voz dos silenciados: analisando a identidade dos recuperandos do regime fechado da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados APAC Viçosa. 2012,146 f

Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

PADOVANI, Natalia. 2010. “Perpetuas espirais” : falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. 2010, 186 f. Dissertação (Mestrado em sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PAZ, Sabrina. 2008 “Para seguir à cavavana do amor”: etnografia de um casamento realizado no presídio estadual de rio grande (rs) In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro, Anais...Porto Seguro:Centro de Convenções de Porto Seguro. Disponível: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/2013-04-20-13-57-45/2013-04-20-13-57-11>. Acesso 29 de jun. 2014.

RODRIGUES, Gilsa. 2008 “Em busca das ovelhas perdidas”: as relações entre Estado e instituições religiosas nos processos de controle e reabilitação de mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina do Estado do Rio Grande do Sul. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro, Anais...Porto Seguro:Centro de Convenções de Porto Seguro. Disponível: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/2013-04-20-13-57-45/2013-04-20-13-57-11>> Acesso 29 de jun. 2014.

SABAINI, Raphael. “Trabalho de Zé”: prestígio e relações profissionais de agentes penitenciários em Itirapina, In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTRO-

POLOGIA, 28, 2012, São Paulo. anais... São Paulo: PUC-SP. Disponível: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/index.html> .Acesso em: 29 jun.2014.

SABAINI, Raphael Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina-SP. Dissertação. 2012, 160 f Dissertação(Mestrado em Antropologia social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

SALLA, Fernando.; DIAS, Camila Violência, Criminalidade e Punição no Brasil Controle disciplinar e relações de poder nas prisões em São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011. Caxambu. Anais...Caxambu: Hotel Gloria.2011. Disponível: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=435&Itemid=77>

SEGUNDO, Breno.2011. Os sentidos do aprisionamento na contemporaneidade: um estudo de caso no Presídio do Serrotão em Campina Grande-PB. 2011. 211 f. tese (Doutorado em Sociologia)-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa.

Silva , Anderson. 2008. Nos braços da lei: O uso da violência negociada no interior das prisões. Rio de Janeiro: e+a.

SILVA. Anderson. 2010. Participo que.: desvelando a punição intramuros. 2010, 244 f. Tese (Doutorado em ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVESTRE, Giane. O dia de vista pelas mulheres de presos: algumas considerações etnográficas, In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27, 2010, Belém. Anais...Belém.2010. Disponível: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/2013-04-20-13-57-45/2013-04-20-13-57-11?id=211>> Acesso 29 de jun. 2014.

SOUSA, Nelydélia.2008. Trabalhador ou Bandido? A Construção e o Conflito de Identidades na Penitenciária Industrial Regional de Sobral, 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em sociologia)-Universidade federal do Ceará, Fortaleza 2008.

SOUSA, Robson.2003. Direitos humanos e participação da sociedade civil: atuação da secretaria adjunta de direitos humanos de Minas Gerais. 2003. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

TEIXEIRA, Alessandra. 2006. Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro. 2006.174 f. Dissertação (mestrado em sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TAETS, Adriana. Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades e agentes de segurança penitenciária femininas, 2012, 185f. Dissertação, (Mestrado em Antropologia

social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VASCONCELOS, Francis. Da prisão à ressocialização: masculinidades aprisionadas na execução da lei “Maria da penha.2013. 155f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

VAZ, Oscar. 2005. A pedra e a lei. 265 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VIANNA, Giselle. 2010. Uma análise de Punição e estrutura social, Vigiar e punir e Cárcere e fábrica. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Universidades Estadual de Campinas, Campinas.

VIEIRA, Valdomiro. 2006. Pragmatismo social, dogmática penal e a proporcionalidade do princípio da humanidade. 2006.. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais)-Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Astrid Johana Pardo Gonzalez

Graduada em Antropologia - Universidad Nacional de Colombia - Bogotá (2009) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Atualmente cursa doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.